

O papel do Estado na economia precisa ser revisto em breve

Josué Souto Maior
Mussalém

As perspectivas de política econômica para o Brasil no próximo ano, a partir do novo governo que se instalará no nosso país em 15 de março de 1990, indicam a necessidade de uma revisão do papel do Estado na economia.



A complexidade da economia brasileira de nossos dias impõe a quem assumir a Presidência uma responsabilidade muito grande na medida em que o novo governo vai enfrentar problemas emergentes de natureza conjuntural herdados do atual governo e problemas sérios de natureza estrutural herdados da formação econômica, histórica e social do Brasil.

Longo seria citar em um artigo todo o elenco de problemas emergentes de natureza conjuntural e, mais ainda, os problemas vinculados à estrutura econômica e social do País. Mas nós poderíamos fazer algumas considerações a respeito de duas questões básicas da economia brasileira, sendo uma de natureza conjuntural e outra de natureza estrutural.

A questão da natureza conjuntural são o déficit público e o seu instrumento de redução conhecido como choque fiscal. O de natureza estrutural são as diferenças regionais existentes no Brasil e as políticas públicas voltadas para a redução de tais diferenças, políticas públicas essas que indiscutivelmente funcionam sob a base dos incentivos fiscais e financeiros.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, de natureza conjuntural, o novo governo vai enfrentar um sério problema: a histórica constatação de que, em nenhum momento, aumento de impostos ou empréstimos compulsórios servirão para efetivamente reduzir o déficit público. Assim, o choque fiscal que começará a ser adotado a partir do próximo ano já começará com a síndrome de um aumento da carga tributária sem perspectivas históricas de resolução do déficit público. O choque fiscal vai precisar de uma correspondente redução efetiva do gasto público como forma de torná-lo mais eficaz.

Por outro lado, o próprio governo diz que a carga tributária líquida do governo federal tem se reduzido nos últimos anos através de transferências de recursos para incentivos e subsídios, notadamente esses últimos.

O processo torna-se mais complexo quando se faz a junção da questão do choque fiscal, como forma de redução do déficit público, com a questão de natureza estrutural, que é a redução das disparidades regionais.

De fato, o modelo brasileiro de redução das disparidades regionais se assentou historicamente na política de incentivos fiscais e financeiros e no atual cenário brasileiro de crise do Estado. É possível que este modelo seja modificado nos próximos anos apesar da criação recente dos fundos constitucionais que beneficiam as regiões Nor-

te, Nordeste e Centro-Oeste.

A idéia de transferência de recursos para a região Nordeste, por exemplo, através dos incentivos fiscais, precisa ser melhor analisada a partir da constatação recente feita pela Sudene de que os recursos postos à disposição daquela autarquia de desenvolvimento regional, através do Finor, retornam em valores multiplicados em quase três vezes aos cofres da União e aos dos estados do Nordeste sob a forma de recolhimento do IPI e do ICMS. A partir desta constatação fica comprovada a tese de que, além dos ganhos em termos econômicos e sociais que os incentivos fiscais proporcionam à região, através de maior desenvolvimento industrial e agropecuário, o próprio governo federal não tem prejuízos monetários diretos, inclusive a curto prazo.

Ainda de acordo com o departamento de administração de incentivos da Sudene, as empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais do Finor recolheram no ano de 1988 de IPI e ICMS cerca de NCz\$ 223,4 milhões, quase três vezes o orçamento do Finor naquele ano, cuja cifra atingiu NCz\$ 82,5 milhões.

Segundo ainda a autarquia federal, esses números vêm se mantendo proporcionalmente há alguns anos e servem de reforço à tese de alguns especialistas em tributação de que os incentivos fiscais concedidos ao Nordeste não são fator de contribuição ao déficit público. E exemplifica a Sudene com o caso do recolhimento do ICMS apenas no Estado da Bahia onde as empresas beneficiárias do Finor contribuíram com a importância de NCz\$ 82,7 milhões no ano de 1988, um valor superior ao próprio orçamento global do Finor, que ficou em NCz\$ 82,5 milhões. E é também demonstrado um exemplo do Piauí, o estado de menor arrecadação do Nordeste, onde 8 empresas beneficiadas pelo Finor foram responsáveis por 62% do ICMS pago pelo setor industrial daquele estado nordestino.

Em Sergipe, o menor estado da Federação, apenas 4 empresas incentivadas pela Sudene são responsáveis por 88% da arrecadação do IPI daquele estado.

Ainda com relação ao IPI, a Sudene informa que 6 empresas piauienses beneficiadas pelos incentivos do Finor contribuem com 95% daquele imposto federal arrecadado no estado.

Essas constatações são indicativas de que, a nível do modelo de incentivos, seu processo de esgotamento ocorre principalmente pela incapacidade que tem o governo federal, neste e nos próximos anos, de alavancar o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do País. E mais ainda: um choque fiscal poderá significar uma redução ainda maior da capacidade de investimento nessas regiões com prejuízos de médio e longo prazo para o conjunto da economia brasileira.

O desafio para o novo governo torna-se assim mais difícil na medida em que vai precisar de uma efetiva conjugação entre o instrumento restritivo, que é o choque fiscal, e outro distributivo, que é a política

de incentivos fiscais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso país.

Até agora nenhum candidato à Presidência da República conseguiu aprofundar a questão regional em nosso país. A simples visão de dois instrumentos conflitantes e necessários, como são uma política fiscal mais apertada e uma política de incentivos mais distributiva, já dá a dimensão exata da dificuldade que a nova equipe econômica vai enfrentar para conseguir equacionar essas duas questões. E elas são apenas uma parte do problema. É evidente que a questão regional, dentro de uma nova

política econômica e social no Brasil, encerra dificuldades ainda maiores. E não haverá muito tempo entre a eleição do futuro presidente e a sua posse para garantir a construção de um referencial de atuação, em termos de política econômica e social, capaz de mudar o cenário crítico do nosso país até o final de 1990. Trata-se de um desafio gigantesco e difícil de ser cumprido.

Josué Souto Maior Mussalém é economista, superintendente do Instituto de Informática da Fundação Joaquim Nabuco e membro do conselho consultivo da Sucesu Nacional.